

MODA IMPORTADA: INTRODUÇÃO DO REALISMO NO BRASIL

Tânia PELLEGRINI*

- **RESUMO:** Este artigo discute alguns aspectos históricos e sociais no interior dos quais o realismo, transplantado da Europa, chegou ao Brasil, passando de estrutura de sentimento a ideia dominante, adequando-se às condições locais, de modo a poder desempenhar funções específicas ditadas pelo novo contexto. Tais funções têm ligação essencial com a construção de uma ideia específica de nação, que incluía o controle das representações sociais por meio da literatura.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Realismo. Naturalismo. Representação. Função da literatura.

“Os livros de certa escola francesa, ainda que muito lidos entre nós, não contaminaram a literatura brasileira, nem sinto nela tendências para adotar as suas doutrinas, o que já é notável mérito.”
(ASSIS, 2005, p. 805).

Interrogações¹

Refletir sobre a introdução do realismo no Brasil demanda inicialmente fazer perguntas cujas respostas têm provocado até hoje dissensões significativas, porque se ancoram em posições críticas situadas dos dois lados do campo da teoria da literatura: o que vê relações estreitas entre texto e contexto e aquele para o qual o texto existe como essencialidade autônoma. Assumindo os riscos de entrar no primeiro, as questões que introduzo aqui dizem respeito a uma possível homologia entre a organização social brasileira do final dos oitocentos e a forma estética realista. Mas – pode-se perguntar –, o realismo não seria, na verdade, apenas uma moda transplantada da Europa, “fora de lugar” em relação à nossa organização social?

* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas – Departamento de Letras. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – tpelleg@uol.com.br

¹ Este artigo é resultado parcial de um *work in progress* sobre o realismo no Brasil, que vem sendo elaborado em dois estágios como *visiting researcher*: o primeiro no Centre for Latin American Studies, da Universidade de Oxford, em 2013, e o outro no King’s Brazil Institute de Londres, em 2014.

Não haveria nessa transplantação algo que não corresponde ao nosso verdadeiro “instinto de nacionalidade”? Ou teria ele efetivamente cabido como a mão à luva?

A observação do real

Isso posto, convém assinalar, antes de tudo, que tenho reservado o termo **realismo** para significar uma tomada de posição diante da realidade (**postura**), que se expressa justamente na característica especial de observação crítica próxima e detalhada do real (**método**), incorporando personagens retirados da massa trabalhadora e relegada, que em literatura não só a técnica descritiva representou e muitas vezes ainda representa, ao lado de outras, podendo, desse modo, ser encontrada em várias épocas.²

Como reza a história, é dessa forma que ele aparece em língua portuguesa, vindo da França e Inglaterra, em registro já **consistentemente literário**, com Eça de Queirós, na famosa conferência “O realismo como nova expressão da arte”, de 1871. O complexo movimento realista português³ desenvolveu-se como uma intrincada rede de posições políticas e estéticas, que incorporam os aspectos citados, de várias maneiras, e é fenômeno de interesse para o Brasil porque ladrilhou um caminho já esboçado para a disseminação e enraizamento do realismo brasileiro.

Pode-se dizer que esse já se esboça com o que se reconhece ser primeiro romance publicado, em 1843, *O filho do pescador*, de Teixeira e Souza, no início do romantismo: analisado como produto de uma postura e de um método, insere-se na fase de debates sobre a identidade nacional da nossa literatura, então voltada para um “tipo brasileiro” de narrativa realista, quer dizer, informativa ou praticamente documental, já retirando sua matéria da vida popular. Considerando-se apenas a série canônica, o mesmo se pode dizer, salvaguardadas todas as diferenças entre ambos, de *Memórias de um Sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, já de 1854.⁴

Vale dizer então que, entremeadas às concepções dominantes, de corte romântico a essa altura (subjetividade, fantasia, livre imaginação etc.), resistiam ainda resíduos de conceitos clássicos (mime-se, representação, imitação etc.), em torno dos quais já emergiam novas posturas e métodos, como a observação “objetiva” do real, o culto da vida popular e o gosto do detalhe, já quase declinantes na Europa, com a ascensão das tendências espiritualistas do fim dos oitocentos.

² Para minhas reflexões sobre o tema, ver Pellegrini (2007, 2009).

³ Ver, a esse respeito, meu artigo: “Belo, bom e justo: o realismo em Portugal” (PELLEGRINI, 2012).

⁴ O texto foi primeiro publicado em folhetim, anonimamente, no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, entre 1852 e 1853.

Desse modo, as explicações para o enraizamento e a persistência do realismo em nossas letras podem ser menos simples do que aparentam ser.

Além disso, menos do que outros movimentos, definidos por apenas uma palavra, tanto realismo como naturalismo, que se confundem mesmo hoje, são termos de força no embate político da crítica literária, porque sua aceitação ou rejeição, além de relacionadas a um movimento estético, guardam estreita relação com pontos de vista políticos e ideológicos, além de filiações, apadrinhamentos e rumos que se querem indicar.

“Rarissimamente, se alguma vez acontece, exprimem fielmente as etiquetas literárias o fenômeno que presumem definir ou lhe compendiam exatamente o caráter. Não escapou o naturalismo a esta regra [...]”,⁵ já dizia José Veríssimo (1905, p. 155). De fato, é muito difícil assentar limites estreitos para o início de um movimento, de uma escola, de um estilo. Por isso parece acertado tentar delinear tendências emergentes convivendo com elementos residuais, constituindo-se assim como um **processo**,⁶ dessa forma, sem os rótulos, que na verdade são marcações de dominância, a ficção alencariana e a fase machadiana considerada romântica podem ser vistas sob um prisma realista. É possível, então, buscar já em romances como *Inocência*, de Taunay, de 1872, por exemplo, o gosto pela observação atenta das experiências do elemento popular, que caracterizam a postura e o método realistas.

Nesse sentido, pode-se afirmar também que o chamado regionalismo desse tempo apresenta já uma acentuada postura de interesse pela realidade e um método basicamente descritivo, que prenunciam a escola realista formalmente assumida apenas em 1881; por isso, interessaria dar atenção a romances pouco estudados, embora sempre mencionados, como *Um casamento no arrabalde* (1869) de Franklin Távora, *Coronel Sangrado* e *O cacaulista* (1876 e 1877) de Inglês de Souza, além de outros, tidos como “romances de passagem”, postos de lado e esquecidos pela crítica e pelo tempo.

Poder-se-ia acrescentar também *O gaúcho* (1870) de José de Alencar, um dos romances criticados por Franklin Távora nas *Cartas a Cincinnati* (1871-1872), por revelar argumentos que indicam já uma concepção clara de “observação fiel da realidade” na elaboração ficcional, os quais, segundo Távora (2011, p. 12), Alencar teria obscurecido por utilizar excessos de imaginação. A leitura dessas cartas revela que o realismo em literatura não era mais, desde algum tempo, uma simples “estrutura de sentimento” (WILLIAMS, 1979, p. 130) nas letras brasileiras, mas uma ideia emergente em vias de consolidação, já ancorada em concepções definidas, com embasamento ideológico e expressão estético-crítica, segundo se verifica em uma das cartas de Távora (2011, p. 23, grifo nosso), em que ele usa o termo, já

⁵ Realismo e naturalismo são termos que se confundiam, na época da publicação do livro de Veríssimo, como adiante se verá.

⁶ Baseio-me aqui nos conceitos **residual, dominante e emergente** de Williams (1979, p. 124).

com uma compreensão específica do sentido que se lhe aplicava: “Parecendo-me, porém, que o romance [enquanto gênero] tem influência civilizadora [...] prefiro o romance íntimo, **histórico**, de **costumes**, e até o **realista**, ainda que este não me pareça característico dos tempos que correm.”

Assim, desde *O filho do pescador* e de *Memórias de um sargento de milícias*, fez-se um longo caminho de transformações históricas, ideológicas e literárias, em que o conceito de realismo, transplantado da Europa, passou de estrutura de sentimento a ideia dominante, adequando-se às condições brasileiras, de modo a poder desempenhar funções específicas ditadas pelo novo contexto, o que provavelmente permitiu seu enraizamento e a abertura de uma via que persiste na literatura brasileira até os dias de hoje.

As ideias estrangeiras

Lúcia Miguel Pereira (1988, p. 25), com base no que chama de “feitio” nacional, aceita que a representação realista é a primeira matriz do romance nacional:

A narrativa que assenta na realidade nos interessa mais do que a fabulação completa e muito mais do que as ideias puras; [...] a regra sempre foi a sujeição aos fatos possíveis, a evocação mais ou menos poetizada, mais ou menos romanceada, de casos pondo em relevo usos e hábitos. Os nossos próprios românticos se fizeram intérpretes do meio em que viveram [...]; depois, a gente média foi cada vez mais dominando o romance, fazendo dele um comentário à sua existência, aos seus problemas, aos seus sentimentos e às suas práticas.

E acrescenta que quase todos os escritores “[...] se servem da realidade como de um trampolim indispensável, de um ponto de apoio.” (PEREIRA, 1988, p. 26). Também nessa linha, Wilson Martins (2010, p. 67, grifo nosso) argumenta, desconsiderando o termo naturalismo:

Os manuais de história literária apresentam o realismo brasileiro como tendo surgido inopinadamente, em 1881, com *O mulato*, de Aluísio de Azevedo [...]. Na verdade, há obras realistas muito antes disso e não raro com a clara consciência de uma **escola** realista, isto é, de um realismo sistemático e deliberado.

Sem dúvida é preciso sublinhar que, entre obras românticas, realistas e também naturalistas – para usar a nomenclatura consagrada –, existem diferenças óbvias nas posturas e nos métodos adotados, nos traços mentais e afetivos impressos nas narrativas, na escolha e disposição dos detalhes da vida quotidiana, em suma, na organização e articulação coerentes dos materiais textualmente representados. Nesse sentido, de acordo com Sodré (1995, p. 169):

Abre-se aqui uma controvérsia: teria surgido [o naturalismo] de condições que nos foram próprias, tão somente, ou da imitação de fórmulas externas, tão somente? [...] Foi importante a influência de modelos externos, do ponto de vista formal, principalmente, como é natural; mas foi importante, também, a circunstância histórica que nos era própria. O modo como se conjugaram as duas é que constitui motivo válido para uma interpretação justa do problema. Ela careceria de suportes, entretanto, se não verificasse as origens europeias do naturalismo e suas razões, as origens do naturalismo português e seus motivos, as condições brasileiras dos fins do século [...].

As considerações de Sodré (1995) – que usa o termo naturalismo englobando a produção literária pós-romântica, de maneira geral –, sublinham que o permanente contato com a Europa, acentuado aqui durante o Segundo Reinado, atuou fortemente sobre as mentalidades, criando entre a intelectualidade ansiosa pela modernização do país, por meio da aceitação das ideias novas, uma sensação de atraso e deslocamento em relação à própria terra. Importa observar que a elite de todo o Brasil, desde os tempos da colônia, formava-se na Europa, basicamente em França e Portugal; aqui, só em 1824 criaram-se as Escolas de Direito de São Paulo e de Recife. A sensação de estranheza e artificialidade em relação ao país englobava não só questões econômicas e político-sociais, mas também culturais e estéticas. José Murilo de Carvalho (1990) considera, inclusive, que a coesão e a quase homogeneidade ideológica da elite intelectual tinha como causa essa formação e foi uma das mais importantes razões para a manutenção da unidade do país.

Os modos pelos quais as ideias estrangeiras integraram-se às necessidades ideológicas do país, passando de influxo externo a elemento característico da cultura e da literatura nacionais, com **funções** específicas, foram analisados por Roberto Schwarz (1981, p. 29-30). Ocupando-se do romance e denominando-o “gênero de acumulação”, formado ao longo da história, ele explica que foi difícil a sua consolidação no Brasil, pois os estímulos “vinham de fora”, integrando-se à vida do país como “ideias fora do lugar”, tal como o liberalismo. E afirma:

[...] a nossa imaginação fixara-se numa forma cujos pressupostos, em razoável parte, não se encontravam no país, ou encontravam-se alterados. [...] Os grandes temas, de que vem ao romance a energia e nos quais se ancora sua forma [...] como ficavam no Brasil? Modificados, sem dúvida.

Deixando de lado a cerrada polêmica que os argumentos do autor despertaram, é fato que a primeira grande modificação por que passa o romance realista no Brasil foi a maneira pela qual ele se integrou às necessidades ideológicas brasileiras, naquele momento, aparentemente como “ideia fora de lugar”, uma vez que, *grosso modo*, o *mainstream* literário era romântico; todavia, o que se pretende discutir não é o **fora** de lugar, mas justamente o lugar que o realismo passou a ocupar **dentro**

da série literária brasileira, cumprindo **funções** específicas, adequadas às condições nacionais. Como explica Schwarz (1999, p. 170): “[...] as ideias sempre têm alguma função, e nesse sentido sempre estão no seu lugar. Entretanto as funções não são equivalentes, nem têm o mesmo peso.”

O longo período em cujo início se publicou *O filho do pescador* foi marcado por mudanças importantes em todos os setores, a partir da eliminação formal do tráfico negreiro, em 1850, e da Guerra do Paraguai (1864-1870), estendendo-se até o final do século, com a Abolição e a República. Resumidamente, o café já se instalara como matriz da economia, no sudeste do país; com ele, evidencia-se o atraso do norte e o progressivo descompasso do nordeste, cuja importância fora grande na primeira metade dos oitocentos. Crescem os centros urbanos litorâneos e assim se criam aos poucos melhores condições para as atividades ligadas às letras: desenvolve-se a imprensa, já ingressando em uma fase mais dinâmica, com jornais estáveis, de vida mais prolongada, sobretudo no Rio de Janeiro.

A pequena burguesia, aos poucos ampliada, dá o tom das formulações políticas; mas ela não traduz a realidade total do país, em suas elaborações e reivindicações, apenas as dos centros urbanos, principalmente portuários, onde se discutiam também as questões estéticas. Mas a própria evolução dessa conjuntura, já a partir dos anos 1860, provoca o crescimento dos elementos de contradição, dos quais o mais agudo era a escravidão. A adesão dos intelectuais brasileiros aos pressupostos liberais e às ideias científicas, acentuadas a partir dos anos 1870, instaurando outras perspectivas, possibilitou, então, o surgimento de críticas à Monarquia e à escravidão, “[...] frequentemente lidas como instituições que simbolizavam a decadência e o atraso brasileiros.” (SCHNEIDER, 2005, p. 26).

Assim, Abolição e República serão o centro crescente das opções ideológicas do tempo, respondendo a necessidades históricas decisivas, que permitem afirmar não ter o realismo se fixado com atraso, com características bem definidas, nesse período rico de anseios e contradições, por simples acidente ou por mera imitação de modelos de fora. E afirmar também que a transformação dessas coordenadas em uma consciência cultural mais visível e atuante vai tomar forma com Sílvio Romero e a chamada Escola de Recife.

Lúcia Miguel Pereira (1957, p. 124), todavia, enfatiza que “o naturalismo nos foi imposto pela moda”, criada pelos romances de Eça de Queirós, já no final da década de 1870. Ela chega a levar em conta que a “rápida imitação” foi facilitada por novas tendências que se vinham esboçando e também, possivelmente, pelo positivismo, que imprimiu seu cunho racionalista à mentalidade brasileira. Mas insiste: “Facilitada, mas não determinada. A ação de todos esses fatores foi antes vaga e longínqua, de preparação e não de construção [...]. O elemento imediato foi a **moda importada**.” (PEREIRA, 1957, p. 127, grifo nosso).

A verdade, porém, é que os processos sociais e culturais especificamente brasileiros tiveram força suficiente para constituir uma complexa e contínua rede de influências residuais, dominantes e emergentes, que ajudam a elucidar e precisar a **função** que desempenhou aqui a literatura realista. De modo bastante geral, nossa defasagem em relação à matriz europeia, o modelo de então, devida à situação pós-colonial, leva a elaborar uma literatura “nova”, cujos suportes histórico-sociais, expressos no romantismo, já há tempos desaparecidos na Europa, aqui encontraram terreno propício para se enraizar, desempenhando a **função** de apoio ideológico para uma nação que se consolidava.

Em termos estritamente artísticos e literários, o abandono gradativo das exigências da imaginação romântica, acentuando-se na década de 1870, vai abrindo espaço para a necessidade de uma aproximação mais direta e objetiva da realidade, sem os atenuantes de imaginação e idealização, como já ocorrera na França e em Portugal, evidentemente em razão de fatores diferentes. E foi Eça de Queirós quem deu forma concreta a essas tendências, erigindo-se no mais apreciado escritor português no Brasil, não porque desse corpo a uma “moda”, como enfatiza Pereira (1957, p. 127), mas porque seus romances encontraram ressonâncias ideológicas e afetivas em plena floração, em situações de parte importante da sociedade brasileira, já suficientemente complexa e diversificada.

Os primeiros romances de Eça aqui publicados, *O crime do Padre Amaro* (1876) e *O primo Basílio* (1878), em razão do que se entendia a essa altura por realismo ou naturalismo, provocaram exaltada polêmica, documentada nas resenhas e críticas de jornais e revistas da época, entre as quais as mais famosas são de Machado de Assis, como se sabe.⁷ A contenda geral, cuja tônica baseou-se em questões referentes à imoralidade de *O primo Basílio*, principalmente, embora tenha durado poucos meses, tornou-se um ponto nevrálgico da história da literatura brasileira oitocentista,⁸ pelo fato de fazer visível aquilo que até então viera aos poucos emergindo: a “Ideia Nova”, o realismo, o viés atual nas considerações referentes à criação e expressão literárias, cuja aceitação parecia colocar o país no circuito da modernidade de então, como nação já estabelecida – ou em vias de se estabelecer –, que enfim encontrava a expressão artística adequada.

Os ares do tempo

Esse debate, marcante na vida literária brasileira do início de 1878, vivido nas páginas dos jornais que polemizavam no “andar de cima” questões políticas e sociais candentes, ocorreu, ironicamente, sem nunca, nos comentários, serem feitas

⁷ Seus comentários sobre *O primo Basílio* saíram na coluna semanal de que ele era titular, em *O Cruzeiro*, respectivamente nos dias 16 e 30 de abril de 1878, sob o pseudônimo de Eleazar.

⁸ Para os autores e textos envolvidos na polêmica, ver Nascimento (2007).

alusões à própria escravidão, que se tentava eliminar.⁹ Como aponta Nascimento (2007, p. 78), “[...] profundas eram as contradições da cultura brasileira do período. Havia uma elite bem informada e erudita, que, no entanto, não desdenhava dividir os espaços dos jornais com propagandas sobre o comércio de humanos.” E destaca mais adiante que se a elite brasileira desfrutava elementos de maioridade intelectual, “[...] o arcaísmo ficava no fundo, no horizonte da escravidão, e foi como elite moderna que assimilou as novidades literárias europeias aportadas no idioma português pelos dois primeiros romances de *Eça de Queirós*.” (NASCIMENTO, 2007, p. 81).

Essa contradição, há muito apontada por Schwarz (1999), talvez possa explicar como as questões estéticas, tidas então como abstratas, puderam permanecer separadas do seu chão concreto e relegadas, no momento, a soluções que só apareceriam com clareza dez anos depois, quando Machado, por exemplo, encontrou seu novo caminho e o realismo, como movimento já consciente e sistematizado, firmou-se em rumo paralelo como naturalismo e sua inspiração cientificista, com Aluísio de Azevedo e outros.

Muitos dos pontos de vista machadianos sobre o realismo não eram novidade, mesmo porque ele defendia a posição, já difundida na época, de que a imaginação, livre de seus “excessos”, tinha que ser essencialmente vinculada à realidade. De fato, ele escreveu que o realismo deveria ser expurgado da literatura, mas não a realidade; isto é, como todos os atores da polêmica de 1878, ele concordava que a ficção, se bem construída, traduzia a veracidade da existência: “Mas entre uma aspiração social e um conceito estético vai diferença; o que se precisa é uma definição estética” (ASSIS, 1997, p. 812).

Essa concepção geral, que o pensamento de Machado resume, já circulava nos “ares do tempo” brasileiro; o esforço de renovação estética, de que o debate sobre os romances de *Eça* foi uma espécie de marco inicial, além de índice significativo, não ficou restrito aos centros urbanos do sul do país; ele apareceu também em Recife, depois em Fortaleza e São Luís. Em Recife, foi em torno de Sílvio Romero (1848-1911) que se erigiu uma crítica literária sistemática, depois continuada por Capistrano de Abreu (1853-1908), Araripe Júnior (1851-1914) e outros. Antonio Candido (2006, p. 17) enfatiza:

O Romantismo viu florescer entre nós um interesse apaixonado pela literatura, e o problema crítico já havia sido proposto e debatido, embora de maneira incipiente, quando entraram em campo os jovens da geração de Setenta, armados com os recursos espetaculares da divulgação científica de seu tempo.

⁹ Lembre-se de que, no bojo das inquietações do período, já em 1875, nas páginas de *O Globo*, travara-se uma polêmica entre José de Alencar e Joaquim Nabuco a respeito do lugar do escravo, do liberto e da cultura africana na sociedade brasileira.

Esses recursos, estruturados no positivismo de Auguste Comte (1798-1857), no evolucionismo de Charles Darwin (1809-1882) e no cientificismo de Hippolyte Taine (1828-1893) e Herbert Spencer (1820-1903), passaram a ser discutidos inicialmente na Faculdade de Direito de Recife, tomando as noções de raça e natureza como fundamentos objetivos e imparciais do estudo da literatura; tais modelos tornaram possível a abordagem da cultura e da literatura sob um prisma histórico, social e nacionalista. O positivismo em particular, como um programa intelectual, preparou o solo ideal para o florescimento do realismo, a prática estética que lhe correspondia e começou a ser popularizado em 1863, por Tobias Barreto (1839-1889) e por Sílvio Romero, seu discípulo. Deste último, é com frequência (BOSI, 1994, p. 166; SODRÉ, 1995, p. 344) utilizada uma citação famosa, que resume a conformação intelectual e artística dos ares do tempo:

Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte [...]: positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e história literária [...] tudo então se agitou e o alarma partiu da Escola de Recife. (ROMERO apud BOSI, 1994, p. 166).

Sílvio Romero começou a escrever no Recife, em 1869, e publicou em 1872 seu trabalho mais antigo, *Realismo e idealismo*, do qual retoma algumas considerações em *O Naturalismo em literatura*, de 1888. Esse texto é muito importante na movimentação contra o romantismo e na proposição de bases modernas para o pensamento e o estudo da cultura do Brasil, destacando-se nele subsídios para o entendimento da literatura sob o ponto de vista da raça, do meio e do momento histórico. A despeito de ser tida como “quase imaginária” por Merquior (1977, p. 111), a chamada Escola de Recife, criada em 1868, foi influente, em diversos aspectos, por mais de quarenta anos. Contribuiu para a divulgação do realismo e do naturalismo, com seu espírito de enfrentamento e conquista de espaço, principalmente porque seus principais mentores se mudaram para o Rio de Janeiro, mais tarde, onde passaram a exercer posições influentes no campo literário, entrando em acirradas disputas com a “escola fluminense”, reunida em torno de Machado de Assis.

A tríade formada então por Sílvio Romero, Araripe Junior (1851-1914), rigorosamente contemporâneos, e José Veríssimo (1857-1916), que entrará em cena um pouco depois, respondeu à obra de Machado de modo sistemático e bastante variado, de acordo com o cabedal de ideias e convicções de cada um, e os debates travados foram responsáveis por estabelecer, pela primeira vez no Brasil, um viés menos impressionista e mais objetivo para o desenvolvimento da crítica literária posterior. Todavia, seus escritos não deixam de revelar um confronto entre os grupos que procuravam intervir no campo literário e no campo político, uma vez que tal confronto respondia à necessidade de articulação de **uma** ideia

de Brasil que assegurasse um consenso em torno dos critérios de civilização e modernidade.

Há nisso um dado interessante para levar em conta: os interlocutores de Machado vinham do Nordeste, região que perdera poder e prestígio para o Sul que se desenvolvia. Na verdade, havia duas nações que não se conheciam, separadas no espaço e ainda mais no tempo: de um lado, o Nordeste do latifúndio decadente, e do outro, a riqueza centrada na crescente urbanização do Sul. No confronto mencionado, porém, apesar de haver um substrato regionalista, o critério de uma nacionalidade unida em torno de certos pressupostos de base positivista foi a categoria dominante, até por volta de 1880, e só ao longo dos anos 1890 afastou-se disso, colocando a ênfase, na literatura, em aspectos psicológicos e estéticos, principalmente com Veríssimo, que legou à historiografia literária uma percepção estética mais acentuada, segundo Guimarães (2004, p. 282): “Ao chamar a atenção para o talento individual e para a dimensão estética da obra literária, Veríssimo arejava a atmosfera crítica dos determinismos ambientais e sociais que marcaram a crítica de sua geração.”

Barreto (2002, p. 57) sublinha que Silvio Romero, porém, fiel aos princípios deterministas, articulava seus argumentos na necessidade de considerar, para a criação de uma literatura brasileira, a formação precipuamente mestiça do povo, embora ainda não completada, para cuja constituição fora mais marcante o elemento africano. E sempre que possível, procurava minimizar diferenças muito marcantes no interior da nacionalidade.

Para Antonio Candido (2006, p. 68), a influência de Taine é patente na abordagem romeriana do problema, para quem raça e formação histórica são os elementos básicos da interpretação: “Em completa oposição à crítica brasileira da época [Romero] não apela para as categorias estéticas, mas analisa as condições histórico-sociais e étnicas, pugnando por uma crítica desassombrada e livre ligada às correntes intelectuais do tempo.”

Já para Araripe Junior (1958), a raça não é fator determinante; ele vê a questão literária como um problema de duas faces: o aspecto específico das formas literárias e a sua inserção social, mais propriamente a sua inserção no meio natural. Dito de outra maneira: para o crítico, o ambiente físico é o único elemento que possibilita decifrar a originalidade da literatura brasileira, por ser a única influência constante ao longo da história. Ele cria o famoso conceito de *obnubilação brasileira*, uma espécie de “incorrecção” do estilo brasileiro, ligada ao “espírito da terra”, para compreender o processo psicológico de adequação do europeu à natureza tropical. Trata-se de um conceito-chave, correspondendo ao abrandamento, à diluição dos hábitos que atrelavam o colonizador à civilização, nos primeiros anos do povoamento do território brasileiro.

Na concepção do autor, o europeu teria sofrido, no momento de sua implantação nos trópicos, uma adaptação regressiva em direção a um estágio inferior da evolução do homem. A ascendência do meio natural teria desenvolvido nele uma nova sensibilidade, gerando novas formas de comportamento e conduzindo à inovação estética (MURARI, 2007, p. 30). A ideia de **obnubilção**, que ele desenvolve, diz respeito, portanto, a um processo de adaptação psicológica de deslumbramento do colono recém-chegado à exuberância da natureza dos trópicos. Assim, realismo e naturalismo, a que ele se refere (note-se a indistinção dos termos), precisam tornar-se “estilos tropicais”; nas palavras do próprio Araripe Junior (1958, p. 127-128):

O naturalismo, ou se subordina a este estado de coisa, ou se torna uma planta exótica, – de mera curiosidade. A nova escola, portanto, tem de entrar pelo trópico de Capricórnio, participando de todas as alucinações que existem no fermento do sangue doméstico, de todo o sensualismo que queima os nervos do crioulo. O realismo, aclimando-se aqui, como se aclimou o europeu, tem de pagar o seu tributo às endemias dos países quentes, aonde, quando o vento atmosférico não se resolve na febre amarela, na cólera, transforma-se em excitações medonhas, de um dantesco luminoso. [...]

É da limitação apenas das tendências dessa mestiçagem, reconhecida por todos que têm estudado o problema do nosso nacionalismo; é dessa, e não de outra limitação, que tiraremos toda a nossa força, toda a nossa segurança, e riquezas literárias.

Se o viés determinista e evolucionista adotado por Romero e Araripe Junior é hoje considerado parcial, superado ou equivocado na raiz, não se pode obliterar que as disputas nele baseadas, como a que acompanhou a publicação dos livros de Eça de Queirós, inicialmente, e as posteriores, já quando o realismo se implantara em definitivo, baseavam-se em concepções bastante modernas para o tempo, indicando tentativas muitas vezes ambíguas de superação dos resíduos da herança colonial. Vale a pena observar o diagnóstico de José Veríssimo (1905, p. 155) sobre o naturalismo, pois, escrito mais tarde, quando o calor da hora já arrefecera, ainda oscila entre aceitação e recusa, com boa dose de condescendência:

O principal demérito do naturalismo de receita zolista, já, sem nenhum ingrediente novo, aviada em Portugal por Eça de Queirós e agora no Brasil por Aluísio de Azevedo, era a vulgarização da arte que em si mesmo trazia. Os seus assuntos prediletos, o seu objeto, os seus temas, os seus processos, a sua estética, tudo nele estava ao alcance de toda a gente que se deliciava com se dar ares de entender literatura discutindo livros que traziam todas as vulgaridades da vida ordinária e se lhe compraziam na descrição minudenciosa. Não seria, porém, justo, contestar-lhe o bom serviço prestado, tanto aqui como lá, às letras. Ele trouxe à nossa ficção mais justo sentimento da realidade, arte mais

perfeita na figuração, mais interesse humano, inteligência mais clara dos fenômenos sociais e da alma individual [...].

A literatura brasileira já se constituía, portanto, enquanto o realismo se fortalecia, como o “fenômeno central da vida do espírito”, possuindo uma tendência de assimilação de aspectos científicos e sociológicos e guardando seu predomínio como força simbólica, criadora da desejada identidade nacional (CANDIDO, 1975, p. 130). E, continua Candido (1975), o que se observa na obra de críticos como Araripe Junior e Sílvio Romero¹⁰ é a elaboração, a partir de propostas analíticas voltadas para a literatura, de um corpo de teorias amplas sobre a cultura e a sociedade brasileiras. O tom polêmico e “condoreiro” não raramente encontrado nos seus textos, principalmente em Sílvio Romero, parece corresponder, além do esforço de afirmação e sobrevivência do intelectual na sociedade, às tensões e conflitos internos da própria obra que escreviam.

Esses conflitos podem se resumir em um ponto comum: de que modo assimilar a diferença da sociedade brasileira em relação à Europa, a partir dos valores e conceitos específicos oriundos da própria civilização europeia, os quais promoviam a afirmação de sua superioridade cultural e estabeleciam um modelo único de civilização e progresso social? A solução desse problema constitui-se, em linhas gerais, numa tentativa de aclimatação, mais ou menos ousada ou bem-sucedida, das teorias e métodos das ciências modernas de então.

Assim, tanto o realismo quanto as correntes filosóficas, científicas e sociais que lhe servem de base, tiveram, no Brasil, papel semelhante ao que desempenharam em Portugal, abrindo a possibilidade de sondar a realidade social de acordo com um saber secular e temporal, já afastado das concepções religiosas anteriores. Configuraram-se aqui, desse modo, percepções e disposições mentais aproximadas às da França e de Portugal, salvaguardadas todas as diferenças, evidentemente, e com orientação e **funções** específicas.

Mais importante do que a função que tiveram na Europa o positivismo, o cientificismo e o próprio realismo, aqui, o modo pelo qual essas teorias foram apropriadas evidencia a urgência de justificar a necessidade de articular uma “ideia de Brasil”, num momento da história em que o país caminhava para mudanças realmente significativas. De modo geral, o que se vê então é uma sociedade cada vez mais heterogênea, com centros urbanos mais complexos e ativos, novos atores e novas formas de sociabilidade exigindo, portanto, novas formas de representação; assim, outros procedimentos estéticos tornam-se imperativos. Intelectuais e homens de letras, cidadãos com inclinações republicanas e abolicionistas, ao longo do período em foco, estabelecendo-se cada vez mais no Rio de Janeiro, emulavam-se

¹⁰ Este texto não tem a intenção de aprofundar as discussões entre esses iniciadores da crítica literária brasileira, já elaborada por especialistas no tema, mas apenas assinalar a importância do papel que exerceram na divulgação das novas ideias sobre literatura.

na tentativa de definir o que a literatura era ou deveria ser, ansiosos para estabelecer sua própria hegemonia em relação à elite que, de uma forma ou outra, pretendiam substituir.

Em termos artísticos, o que constituiu o cimento estético desse novo grupo foi o realismo, que efetivamente conseguiu traduzir as tensões causadas pelo realinhamento das forças sociais, dando maior visibilidade àqueles que até então não tinham tido acesso à “dignidade da representação”: negros, mulatos, brancos pobres e mulheres do povo, em suma, a gente média e a população miúda, na multiplicidade de suas relações e atividades,¹¹ como aconteceu com mais clareza a partir da década seguinte, quando a corrente naturalista definiu-se enquanto tal. E foram esses “discípulos de Zola” os que enfrentaram rejeição maior, pois sua ênfase objetiva e cientificista acentuou ainda mais aspectos e características que o gosto hegemônico considerava inadequados para uma sociedade que “se civilizava”. Além disso, em nenhum momento, esses representaram adesão aos projetos de poder dominantes, por seu viés crítico, republicano, antiescravista e anticlerical, que de vários modos está figurado nos seus textos.

A tensão interna em relação a isso tudo advinha de que a “ideia de Brasil” estava em processo de mudança e ainda não se definira totalmente, ou seja, era uma concepção emergente, com visíveis resíduos do passado. De qualquer modo, concebia-se agora uma nação como o resultado da progressiva transformação das matrizes europeias, pela ação do meio ou da mistura de raças, guardando-se ainda traços do nacionalismo romântico.¹² Mais uma tentativa de estabelecer autonomia e originalidade para as manifestações artísticas do país, tal como propunha Romero (2002, p. 105), que assim vislumbra uma história da literatura brasileira:

O capítulo preliminar [de uma história da literatura brasileira], quando a escreverem com rigor científico, deverá ser uma inquirição de como o clima do país vai atuando sobre as populações nacionais; o segundo deverá ter uma análise escrupulosa das origens do nosso povo, descrevendo, sem preconceitos, as raças principais que o constituíram. [...] O terceiro capítulo [...] haveria de ser o estudo de nossa poesia e contos populares em sua tríplice proveniência.

Por conseguinte, a polêmica sobre Eça de Queirós, como outras, tão importantes ou mais ainda, não indica que havia uma frente unificada contra um inimigo comum;

¹¹ Conforme Ventura (1991, p. 46), “[...] em termos literários, a incorporação do negro e do escravo ocorreu a partir de 1860, junto com o gradativo desaparecimento do indígena como personagem ficcional ou assunto poético.”

¹² O termo nacionalismo, tal como suas derivações, é entendido neste texto não só no seu aspecto de ordenamento ideológico social e político, baseado em instituições, mas também como “comunidade imaginada”, com força na expressão de convicções, solidariedades e identidades, sobretudo de natureza cultural e linguística, que garantem um sentido de pertencimento; daí a importância da literatura. Ver Anderson (2008).

ao contrário, ela foi apenas o *locus* de contradições significativas dentro e fora dos mesmos grupos; pode ser vista como o afloramento de dúvidas, questionamentos e indecisões, mostrando que o realismo não era apenas o **resultado** de um dado momento histórico, mas um participante ativo, no que diz respeito a quem controla as representações, a que interesses elas servem e que função desempenham, em um momento de mudança ou transformação. Percebe-se com muita clareza que havia na crítica do tempo uma visão negativa da sociedade e da cultura locais, expressa na oscilação entre o ufanismo em relação ao Brasil e a admiração incondicional pela Europa; essa visão negativa tensionava por dentro o projeto nacionalista e existe em latência já no debate sobre o realismo queiroziano. Não é demais lembrar, com Antonio Candido (2010, p. 123), que:

[...] dentro da maioria dos intelectuais do tempo, havia um perigoso medo de ser brasileiro, que levava a falar francês, copiar as cartolas inglesas, imitar o estilo acadêmico português, admirar a disciplina alemã e lamentar não houvesse aqui o espírito prático dos norte-americanos [...] essas ambivalências que fazem do nosso patriotismo uma espécie de amor-desprezo, uma nostalgia dos países-matrizes e uma adoração confusa da mão que pune e explora.

E se, por um lado, em literatura desdenhava-se o romantismo – mesmo sendo a ideia de nacionalismo a herdeira direta desse tempo – e se admirava a objetividade e a fidelidade ao real, por outro estigmatizava-se tudo o que denotasse a influência de Zola e seu cientificismo, porque, mesmo antirromânticos e europeus, tais comportamentos revelavam padrões só aceitáveis em seres ou “raças inferiores”, vale dizer, as classes baixas em geral. Já a aproximação de Flaubert, considerado mais comedido e impassível, mais “civilizado”, em suma, era visivelmente preferida e, mal ou bem, entre outros, foi um dos modelos que o próprio Machado de Assis escolheu.

Percebe-se, pois, que a própria concepção de civilização repousa em uma contradição, pois vêm dela os padrões que se rejeitam. O controle das representações, nesse sentido, interessa amplamente; ele se articula aos interesses tanto dos grupos nacionais liberais como aos dos conservadores, identificados todos com a modernidade ocidental, mas de modo bifronte, ambíguo e **reajustado** (o termo é de Ventura (1991, p. 51)) às condições locais.

Em resumo, a nova prática literária era nada mais que o produto de uma atmosfera altamente politizada, sendo simples demais afirmar que os intelectuais e homens de letras **adotaram** a estética realista. O que estava em jogo, além do papel que esses teriam, no campo das letras e nos outros em que circulavam, era o imaginário da nação em relação a si mesma: tentava-se criar uma sociedade organizada, “civilizada”, eliminar a mancha da escravidão, os resquícios do

colonialismo e suas sequelas, e a função do realismo, nesse instante, era, **na aparência**, retratar as desigualdades, até certo ponto, para que elas pudessem ser superadas. Mas, citando Schwarz (2012, p. 170), se ajudar a fazer avançar a civilização foi a **função** que o realismo teve na Europa, pode-se dizer que aqui essa função não é equivalente; dizendo como Ventura, cujo diálogo com Schwarz é evidente, aqui ela foi **reajustada**. Voltando a Schwarz (2012, p. 170-171, grifo nosso):

Considere-se, por exemplo, que o ideário liberal na Europa oitocentista correspondia à tendência social em curso, a qual parecia descrever corretamente [...]. Ora, nas ex-colônias, assentadas sobre o trabalho forçado, o liberalismo não descreve o curso real das coisas – e, nesse sentido, ele é uma ideia fora de lugar. Não impede contudo que ele tenha outras **funções**. Por exemplo, ele permite às elites falarem a língua mais adiantada do tempo, sem prejuízo de em casa se beneficiarem do trabalho escravo. [...] A gama de suas **funções** inclui a utopia, o objetivo político real, o ornamento de classe e o puro cinismo, mas exclui a descrição verossímil do cotidiano, **o que na Europa lhe dá a dignidade realista**.

A ideia de nação que se propõe para o Brasil, nesse momento, portanto, depende do movimento tenso e ambíguo entre semelhança e diferença em relação à Europa, entre a simples reprodução da experiência europeia e o seu reajuste ao Brasil. Ou seja, em literatura, ao ideário liberal corresponderia a “dignidade realista”, que assumiu como tarefa a representação dos trabalhadores e setores oprimidos da população europeia. Aqui, conferir essa mesma dignidade, de forma **verossímil**, às parcelas até então alijadas desse processo, ou seja, aos negros, mulatos, pardos, todos aqueles até então excluídos dos salões românticos ou que neles apareciam como esfumatura, era um reajuste desse ideário. Essa seria, pois, sua função: conferir dignidade estética ao que era indigno socialmente. E é nesse sentido e dessa maneira que as ideias liberais estão no lugar como ideologia e vão encontrar expressão mais clara quando o naturalismo (o realismo refratado pelo viés determinista) aparecer, no decênio de 1880, como movimento mais consciente e sistematizado.

Nessa linha, Nelson Werneck Sodré (1995, p. 174) recorre a aspectos a que se tem dado pouca atenção, sobretudo no que se refere ao predomínio e permanência absolutos da visão negativa sobre o realismo:

A posição antinaturalista, caracterizada ou não, dos mais eminentes críticos da época, não impediu o triunfo da escola entre os praticantes e entre o público. Ela teve também os seus críticos, os que a defenderam, os que aplaudiram os métodos usados, os que apregoaram a superioridade de seus processos [...]. Buscavam neutralizar os efeitos da crítica dominante, que condenava o naturalismo e particularmente as suas formas ortodoxas. A decisão não

pertencia aos críticos, porém, como sempre, ao público. [...] Prova importante essa: prova de que o naturalismo não havia ocorrido apenas por força da influência externa, mas atendia também a condições internas.

E continua, afirmando que suas manifestações eram um “[...] protesto contra uma ordem de coisas, atendendo ao sentimento de inconformismo que se generalizava e encontrava na nova escola uma saída para expressar-se.” Pode-se dizer, portanto, que quando o realismo emerge no Brasil e começa a se consolidar rapidamente, o próprio fato de sua emergência revela a existência de uma série de ansiedades latentes e uma crise das representações que não pode mais ser acomodada com tranquilidade no interior de práticas idealistas, como as românticas. Ou seja, o realismo vai interferir diretamente no controle dessas representações, no sentido de que a ideia de nação una, europeizada até certo ponto, mesmo se o modelo foi reajustado, é colocada em xeque, pois os atores, as formações sociais e as hierarquias de classe que ele representa não estão mais de acordo com esse modelo de “comunidade imaginada”.

O espírito da terra

A rejeição ao realismo aumentou à medida que se consolidava e adquiria cada vez mais características ditas naturalistas, de inspiração e influência de Zola. Seus temas sempre foram considerados indignos de serem representados, sendo essa representação extremamente desafiadora dos princípios estéticos e morais burgueses, tal como se viu até aqui, desde sua irrupção com Eça de Queirós. O discurso hegemônico sobre uma suposta “essência nacional”, que não existia – e não existe –, repudiou com veemência os novos temas e soluções literárias. Havia grupos, tal como os nacionalistas de que vínhamos falando, como Sílvio Romero e Araripe Junior, cuja enunciação dessa suposta essência possuía muita força.

E nessa discussão Machado era muitas vezes contraposto aos naturalistas, desde o início, na época da polêmica sobre Eça, como um distinto exemplo de escritor romântico ou de realista refinado. Isso concedia a ele um lugar de honra, preservava o espaço ideológico para o que era esteticamente louvável e ratificava sua literatura como algo que podia ir além das fronteiras do país. Ou seja, o romantismo estava ultrapassado, sim, mas o naturalismo não era a solução, porque não expressava o verdadeiro “espírito brasileiro”, ou aquilo que se entendia deveria ser esse espírito.

No sentido dessa comparação, percebe-se quanto o naturalismo e seu cientificismo tiveram que negociar, a partir de um espaço lateral do campo literário, expressando interesses e valores extremamente contraditórios. De fato, o naturalismo nunca foi aceito pelos intelectuais e pela crítica do tempo como uma prática e

um estilo literários, porque as principais formações sociais que ele representava e as hierarquias de classe que propunha não eram exatamente as desejadas pela ideia unificadora de uma “nação brasileira”. Ideologicamente, nada parecia mais inadequado, em um momento histórico em que as elites, principalmente as brancas, optaram por responsabilizar o atraso cultural da nação pela suposta inferioridade biológica das raças com as quais tinham sido infelizes o bastante por compartilhar sua nacionalidade (MARTIN, 2009, p. 493).

Ou seja, a resistência ao naturalismo estava ligada a um preconceito de classe e de raça contra trabalhadores, escravos e libertos, com relação aos quais adota uma postura ética questionadora dos valores morais burgueses e aristocráticos, para, “[...] avalizado pelo ‘distanciamento’ que o método científico proporciona, abraçar ou pelo menos compreender elementos da vida e da moral desses setores marginalizados.” (SEREZA, 2012, p. 57). Os próprios títulos dos romances naturalistas revelam uma dimensão quase sociológica, na sua tentativa de elaborar retratos precisos das formas de sociabilidade recusadas, principalmente os de Aluísio de Azevedo: *O mulato* (1881), *Casa de pensão* (1884), *O homem* (1887), *O Cortiço* (1889).

Nessa linha, Eva Paulino Bueno (1995, p. 34, tradução nossa) sublinha: “O Naturalismo no Brasil constituiu uma censura a todos os esquemas totalizantes, mesmo sendo ele próprio o produto das energias centralizadoras da ideologia nacionalista.”¹³ Ela destaca aliás que “espírito” e “civilização” eram questões relacionadas exclusivamente aos ideais da burguesia do Rio de Janeiro, a que associa uma visão centralizadora, de ponto difusor daquilo que se queria fosse considerado o verdadeiro Brasil. Para ela, mesmo intelectuais como Romero, Araripe Junior e Veríssimo, vindos de outras regiões do país (respectivamente Sergipe, Ceará e Pará), não viam com bons olhos desenvolver-se uma literatura provinda do interior, como a de Aluísio de Azevedo, no Maranhão, que necessariamente ameaçaria a representação do país como um todo unificado, com temperamento e sentimento nacionais únicos. De fato, os romances naturalistas em geral, mesmo quando evidenciam a influência dos modelos estrangeiros, nunca deixam de representar particularidades regionais – por mais que esse termo traga interrogações adicionais – em detrimento das questões exclusivamente urbanas. Bueno (1995, p. 35, tradução nossa) acentua ainda:

A ex-centricidade do naturalismo brasileiro, ao contrário, foi algo que quero evidenciar como um veículo que simultaneamente contribuiu para a ideia emergente do nacional e para encenar a interação de energias em vias de – ou em perigo de – serem excluídas. A ideia positivista e politicamente autorizada de “Ordem e Progresso”, sendo um constructo utópico e ideológico,

¹³ “Naturalism in Brazil constituted a rebuke to all totalizing schemes, even as it was itself the product of the centralizing energies of nationalistic ideology.”

simplesmente eliminou o “povo”. O Naturalismo, por tentar possibilitar a ideia de nação como uma entidade composta de pessoas diferentes, reescreveu essa ideia de nação a partir da periferia.¹⁴

Bem diferente de Eva Paulino Bueno e sob uma perspectiva de viés formalista, Flora Süssekind (1984) tentou mapear aquilo que denomina “permanência da estética naturalista”, tomada como um conjunto de traços específicos da escola de Zola, na literatura brasileira, desde o final do século XIX, detendo-se em mais dois momentos: a década de 1930, com o regionalismo do Nordeste, e a de 1970, com os romances-reportagem, durante a ditadura militar. Salvo engano, trata-se de um trabalho quase solitário a tratar desse tema, partindo do pressuposto formal de que a “verdadeira literatura” é a “literatura-lâmina”, cuja especificidade reside nas “opacidades, ambiguidades e conotações”.

Ao invés de proporcionar um maior conhecimento do caráter periférico do país, o texto naturalista, na sua pretensão de retratar com objetividade uma realidade nacional, contribui para o ocultamento da dependência, da falta de identidade próprias ao Brasil. Pressupõe que existe uma realidade uma, coesa e autônoma, que deve captar inteiramente. Não deixa que transpareçam as descontinuidades e os influxos internos que fraturam tal unidade. Como o discurso ideológico, também o naturalista se caracteriza pelo ocultamento da divisão, da diferença e da contradição. (SÜSSEKIND, 1984, p. 39).

Tal raciocínio deixa de lado, em primeiro lugar, o dado histórico de que a diferença hoje consagrada entre realismo e naturalismo ainda não se estabelecera com clareza, o que Sílvio Romero tentará fazer em 1882, em “O Naturalismo em literatura” (CASTELLO, 1999, p. 366; ROMERO, 2002, p. 341), e que não se trata apenas de uma questão semântica, mas de uma forte disputa no interior não apenas do campo literário. Levando-se isso em conta, parece claro que a historicidade dos termos e daquilo que eles contêm, além das condições particulares de seu aparecimento, tanto aqui quanto na França e em Portugal, para ficar nas contribuições mais diretas, estabelece parâmetros bem mais seguros de análise e interpretação e, sobretudo, das **funções** que esses termos e seu significado desempenharam no contexto nacional.

Em segundo lugar, a ideia de ocultamento da divisão do Brasil, de fato a base do nacionalismo, que aqui se constituía há tempos como necessidade de afirmação e pertencimento, é justamente o que o realismo **não** faz, porque procura representar

¹⁴ “The ex-centricity of Brazilian naturalism, instead, was something I want to offer as a vehicle for simultaneously contributing to the emerging national idea and for staging the interaction of energies which were about to be – or in danger of being – excluded. The politically empowered, positivistic idea of ‘Order and Progress’, because it was a utopian ideological construct, simply eliminated the ‘people’. Naturalism, by attempting to enable the idea of the nation as an entity composed of different people, rewrote the idea of nation from the periphery.”

as fraturas e as discontinuidades que existem no próprio tecido social brasileiro de então, ou seja, a matéria da qual se partia para constituir o texto literário, composta por um organismo social vivo, desigual e multifacetado. O processo de representação realista repousa, nesse momento, em um método que emergiu como o mais adequado então, justamente para dar visibilidade – e não para ocultar – as fraturas do tecido social que poderiam minar por dentro a constituição de uma ideia coesa de Brasil, no chão social concreto e na sua representação literária.

Embora houvesse grupos cuja **enunciação** da ideia de uma essência nacional tivesse hegemonia, a ideia em si não era hegemônica, no sentido de que não pertencia a todos os setores da sociedade. Assim, recursos como opacidades, fragmentações, elisões, conotações, “aquilo que é propriamente literário”, de cuja ausência na literatura do período Süsskind (1984) se ressentia, constituirão somente mais tarde a dominância da estética modernista – que ainda demora a chegar e corresponderá a outras coordenadas históricas e sociais –, e também da crítica que os tomou como pura essência ou como cláusula pétrea do valor estético.

Na verdade, com o realismo emerge um novo método de figurar todos os tipos de conflitos sociais ou individuais, uma nova maneira de adequar a linguagem à representação desses conflitos e também as mediações linguísticas necessárias para inserir literariamente a representação da “gente média”, das “classes baixas” e dos sentimentos e ações até então considerados inadequados ou indecorosos, elementos indignos de frequentar a “ideia de Brasil”. E é exatamente com essa postura – de interferência – que o realismo permite entender as fissuras no interior da ideologia nacionalista ou sua diferença em relação a outras, como o positivismo ou o cientificismo de que, obviamente, ele era tributário. Um dos fatores a fazer o realismo tão poderoso, de modo que persiste como matriz da literatura brasileira até hoje, enfraquecendo ou ganhando força em diferentes períodos, é o fato de ser um território ideologicamente contestado e um sério problema para a periodização literária. A multiplicidade de seus discursos, sua “inadequação”, seus exageros, sua simpatia pelas classes populares, sua insistência no indecoroso e na violência, aquilo que não se gostaria de ver como Brasil, emerge como contraideologia, baseada majoritariamente em grupos sociais que até hoje não foram completamente assimilados pela literatura, o que equivale a dizer que não o foram pela sociedade e talvez nem mesmo pela ideologia.

PELLEGRINI, T. Imported fashion: introduction to the realism in Brazil. *Itinerários*, Araraquara, n. 39, p.117-138, jul./dez., 2014.

■ **ABSTRACT:** *This essay discusses some historical and social aspects in which the realism, transplanted from Europe, emerged in Brazil, passing from a structure of sentiment to that of a dominant idea, adapting itself to the local conditions in order to*

perform specific functions dictated by the new context. Such functions are essentially connected with the construction of a specific idea of nation, which included the control of the social representations through literature.

■ **KEYWORDS:** *Realism. Naturalism. Representation. The function of literature.*

Referências

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARARIPE JUNIOR, T. A. **Obra crítica de Araripe Junior.** Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1958.

ASSIS, M. **Obra completa.** Organizada por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 3.

_____. **Obra completa.** Organizada por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005. v. 3.

BARRETO, L. A. (Org.). **Literatura, história e crítica:** Sílvio Romero. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira.** São Paulo: Cultrix, 1994.

BUENO, E. P. **Resisting boundaries:** the subject of naturalism in Brazil. New York: Garland, 1995.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. v. 1.

_____. **O método crítico de Sílvio Romero.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. De cortiço a cortiço. In: _____. **O discurso e a cidade.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. p. 107-132.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLO, J. A. **A literatura brasileira:** origens e unidade (1500-1960). São Paulo: EDUSP, 1999. v. 2.

GUIMARÃES, H. S. Romero, Araripe, Veríssimo e a recepção crítica do romance machadiano. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 269-298, 2004.

MARTIN, G. A literatura, a música e a arte da América Latina. In: BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina: de 1870 a 1930**. São Paulo: EDUSP, 2009. v. 4, p. 489-580.

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira: 1550-1960**. Ponta Grossa: Ed. da UEPG, 2010. v. 4.

MERQUIOR, J. G. **De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

MURARI, L. O espírito da terra: a teoria da cultura brasileira de Araripe Jr. **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. 44, n.1, p. 20-44, 2007.

NASCIMENTO, J. L. **O primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX: estética e história**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2007.

PELLEGRINI, T. Realismo: postura e método. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 137-155, 2007.

_____. Realismo: a persistência de um mundo hostil. **Revista da Associação Brasileira de Literatura Comparada**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-36, 2009.

_____. Belo, bom e justo: o realismo em Portugal. **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. 49, n. 2, p. 145-171, 2012.

PEREIRA, L. M. **História da literatura brasileira: prosa de ficção (de 1870 a 1920)**. Sob a direção de Álvaro Lins. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957. v. 12.

_____. **História da literatura brasileira: prosa de ficção, de 1870-1920**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

ROMERO, S. **Literatura, história e crítica**. Organização de Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SCHNEIDER, A. L. **Silvio Romero: hermeneuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

_____. **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas**. São Paulo: Cia. das letras, 2012.

SEREZA, H. C. **O Brasil na Internacional Naturalista**: adequação da estética, do método e da temática naturalista ao romance brasileiro do século XIX. 2012. 271 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SODRÉ, N. W. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SÜSSEKIND, F. **Tal Brasil, qual romance?**: uma ideologia estética e sua história: o naturalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TÁVORA, F. **Cartas a Cincinato**. Organização de Eduardo Vieira Martins. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2011.

VENTURA, R. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VÉRÍSSIMO, J. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1905. (Edição fac-similar da Fundação Biblioteca Nacional).

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.

Recebido em 30/11/2013

Aceito para publicação em 14/07/2014

